

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

# EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 - PMMG

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, com sede a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, por intermédio do Pregoeiro, o Sr. Eric Junior Frezza, designado pelo Decreto nº 04/2016, torna público que será realizada licitação na modalidade de "PREGÃO PRESENCIAL", do tipo "MENOR PREÇO", na forma de julgamento "POR ITEM", conforme especificações constantes descritas no Anexo I do presente edital. O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 88/2016 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, cuja documentação e proposta deverão ser entregues no dia, hora e local abaixo especificado:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 04/11/2016.

HORÁRIO: Até as 09h00min.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 04/11/2016.

HORÁRIO: Às 09h30min.

**LOCAL:** Sala de Licitações, localizada no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, situado a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objetivo o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE PRANCHAS, TABUAS E VIGAS DE MADEIRA VISANDO A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES SITUADOS NO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I Termo de Referência" do presente edital.
- 1.2. Órgão Gerenciador Município de Morro Grande.
- 1.2.1. Entidades Participantes:
  - a) Prefeitura Municipal de Morro Grande;

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.
- 2.2. Podem participar da presente licitação todos os interessados cadastrados ou não na Prefeitura de Morro Grande.



## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

- 2.3. Será admitida a participar deste Edital, qualquer empresa, com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação, sendo a proponente vencedora, a única responsável pela execução do objeto;
- 2.4. Não será admitida a participação de:
  - a) Empresas em consórcio, ou subcontratadas para executar o objeto desta licitação;
  - c) Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores, ou em dissolução, ou em liquidação;
  - d) Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Morro Grande, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

## 3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1. Qualquer pessoa, cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, Morro Grande/SC, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.2. Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei complementar Nº. 123 de 14/12/06, deverão apresentar fora dos envelopes de **proposta de preços** e **documentos de habilitação** a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL DA SEDE DA EMPRESA"**, que comprove que a mesma é microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.2. A proponente deverá apresentar também fora dos envelopes de "proposta de preço" e "documentos de habilitação", a **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, conforme "Anexo V (Art. 4º, Inciso VII, da Lei nº 10.520/02)".
  - 4.2.1. Em caso de não apresentação da declaração citada no item anterior, poderá a mesma ser preenchida através de formulário, na própria sessão pública, que será fornecido pelo pregoeiro, no qual será assinado por pessoa presente com poderes para tal.
  - 4.2.2. O não cumprimento da exigência citada no item 4.2, implicará na não aceitação da proposta.
- 4.3. Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".
- 4.4. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preço e à Habilitação deverão ser entregues



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

I - Envelope contendo à Proposta de Preço:

separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número do CNPJ, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

PREFEITURA DE MORRO GRANDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 – REGISTRO DE PREÇOS
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇO
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
Nº. DO C.N.P.J.:

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

PREFEITURA DE MORRO GRANDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 – REGISTRO DE PREÇOS
ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
Nº. DO C.N.P.J.:

- 4.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Prefeitura Municipal designado para tal fim, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.
- 4.6. Visando à racionalização dos trabalhos, é conveniente que a autenticação de documentos seja solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes da realização da sessão de recebimento das propostas, sendo a autenticação efetuada em horário de expediente da Prefeitura Municipal.
- 4.7. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em facsímile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

#### 5. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1)

- 5.1. O envelope "PROPOSTA DE PREÇO" deverá conter a proposta da licitante, de forma que atenda aos seguintes requisitos:
  - I ser apresentada em uma via impressa, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificado com o carimbo padronizado do CNPJ, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, apresentar o valor unitário e valor total de cada item, com duas casas decimais após a vírgula e o valor total geral expresso em algarismos e por extenso, devendo suas folhas serem numeradas, rubricadas e a última assinada por quem de direito;
  - II Deverá ser usado o modelo de proposta conforme mostrado no "Anexo II" do presente edital ou preferencialmente poderá ser apresentada em mídia CD-R/DVD-R, juntamente com uma via impressa



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

devidamente assinatura pelo responsável, para isso deverá ser baixado o programa <u>BethaAutocotação</u> no site <u>www.morrogrande.sc.gov.br</u>, solicitando os dados para cotação na Prefeitura de Morro Grande. Não serão aceitas propostas por meio de mídias de armazenamento do tipo pen drive.

- III nos preços propostos já deverão estar incluídos todos os custos necessários a execução do objeto, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;
- IV apresentar proposta sob "menor preço por item", observando o <u>preço máximo</u> estabelecido no "Anexo I", sendo que será desclassificado o item da proposta que apresentar acima do valor.
- 5.2. A seu critério, a Comissão poderá aceitar propostas em que se verifiquem erros de cálculos nos itens, mas reservando-se o direito de corrigi-los na forma seguinte:
  - I. Ocorrendo discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá os preços unitários.
  - II. Erro na transcrição das quantidades da relação fornecida para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o total;
  - III. Erro da multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, e corrigindo-se o produto;
  - IV. O pregoeiro terá autoridade bastante para proceder a tais correções ou mesmo sanar defeitos, desde que haja possibilidade durante a sessão.
- 5.3. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.4. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.
- 5.5. Caso a licitante tenha interesse, os anexos do presente edital poderão ser enviados em meio digital, por email ou retirados na Prefeitura, desde que solicitados até a data de entrega dos envelopes.

## 6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE № 2)

- 6.1. O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os seguintes documentos:
  - a) Registro Comercial no caso de empresa individual;
  - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores,



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.
- e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- f) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em conformidade com a Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014.
- g) Comprovante de Regularidade com a Fazenda Estadual mediante Certidão Emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;
- h) Comprovante de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho TST;
- k) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica;
- I) Declaração, sob as penalidades cabíveis, que não está impedida de participar de licitação, conforme modelo constante do "Anexo IV".
- m) Declaração de que não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze anos), conforme modelo constante no "**Anexo VI**" deste Edital;

**Nota:** Caso a licitante apresente quaisquer dos documentos elencados nas **alíneas a, b, c ou d do item 6.1** junto ao credenciamento, a mesma estará dispensada da apresentação do documento no envelope de habilitação.

- 6.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 6.3. É dispensada a apresentação dos documentos de habilitação previstos nas letras "**a** a k" acima mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido pela Prefeitura de Morro Grande, desde que os mesmos estejam expressamente citados no CRC e dentro do prazo de validade.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

- 6.4. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura de envelopes e julgamento, apresentados em original ou cópia autenticada por servidor devidamente designado, por cartório competente ou através de publicação em órgão de Imprensa Oficial.
  - 6.4.1. Para os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.
- 6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da documentação relacionada da letra "e" a "j" do subitem 6.1, mesmo que esta apresente alguma restrição.
  - 6.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da documentação relacionada da letra "e" a "j" do subitem 6.1, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.
  - 6.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### 7. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.
- 7.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 7.3. Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:
  - I O proponente deverá apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar desde procedimento licitatório, conforme modelo "ANEXO III", devendo, ainda, apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente da licitante que está representando e identificar-se através de cópia autenticada da "carteira de identidade" ou documento de parecido teor.
  - I.1. A carta de credenciamento poderá ser substituída por procuração ou documento equivalente, desde que haja informado poderes para tal.
  - II Sendo sócio, proprietário, titular, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo "estatuto, contrato social ou documento equivalente", no qual estejam



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e identificar- se exibindo cópia autentica da "carteira de identidade" ou outro documento de parecido teor.

- 7.4. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados fora do envelope de Habilitação e Proposta de Preço.
- 7.5. A falta de apresentação ou a apresentação dos documentos de credenciamento em desacordo com este capítulo, ou ainda a ausência do representante, equivale à renúncia por parte do licitante ao direito de apresentar lances durante a sessão e de praticar os demais atos inerentes ao certame, inclusive quanto a recursos.

#### 8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 8.1. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos no dia e hora conforme previsto no preambulo deste edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, a proposta de preço e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.
- 8.2 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 8.3 Serão abertos inicialmente os envelopes contendo a Proposta de Preço, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.
- 8.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

#### 9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇO

Serão aceitas as propostas de preços que estejam em plena conformidade com o item 5 do presente edital.

## 10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

- 10.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrarem como o tal e desejarem obter os benefícios da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar os documentos conforme "item 4.1" do presente edital.
- 10.2. O Pregoeiro informará aos presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação, e os respectivos valores ofertados.
- 10.3. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

- 10.4. Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o artigo 4º da Lei 10.520/2002.
- 10.5. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
  - 10.5.1. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
  - 10.5.2. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de índices nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002.
- 10.6. O Pregoeiro convidará todas as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de índice.
- 10.7. Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.
- 10.8. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 10.9. Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto a seu favor. (Artigo 45, I)
- 10.10. Em não ocorrendo a contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar Nº. 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II)
- 10.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III)
- 10.12. Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 2º).
- 10.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando feita a convocação pelo Pregoeiro, implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances.
- 10.14. Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

- 10.15. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.16 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.
  - 10.16.1. Caso a licitante apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.
- 10.17. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.
- 10.18 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 10.19. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 10.15 e 10.18.
- 10.20. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.
- 10.21. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

## 11. DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS

- 11.1 A(s) licitantes(s) detentora(s) da Ata fica(m) obrigada(s) a:
  - 11.1.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.
  - 11.1.2. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-lo de acordo com as normas vigentes e/ou instruções deste Edital e seus anexos.
  - 11.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

11.1.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota de Empenho.

#### 12. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Conforme Item 4 do Anexo I - Termo de Referência do presente edital

## 13. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto pela vencedora terá acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Prefeitura Municipal, com atribuições específicas devidamente designadas.

#### 14. DAS PENALIDADES

- 14.1. Nos termos do art. 7° da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não assinar a ata de registro de preços e/ou celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar à detentora da ata as seguintes sanções:
  - 14.2.1. Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da licitante estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
  - 14.2.2. Multa de 0,2% do valor global do contrato/empenho por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital do Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras cominações legais.
  - 14.2.3. Multa de 10% sobre o valor global do contrato/empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
  - 14.2.4. Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública:
  - ✓ Por 06 (seis) meses quando incidir em atraso na entrega dos serviços;
  - ✓ Por 01 (um) ano no fornecimento de serviços em desacordo com o exigido em contrato;



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

- Pelo o prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato/ata de registro de preços, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas no Edital, contrato e das demais sanções previstas na legislação;
- 14.2.5. As sanções previstas no subitem 14.2 deste item poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- 14.3. Independentemente das sanções retro a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação realizada, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.
- 14.4. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, o(a) Pregoeiro(a) poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim a Prefeitura Municipal de Morro Grande poderá reincidir o contrato ou cancelar a ata de registro de preços, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.
- 14.5. A licitante que injustificadamente e infundadamente se insurgir contra a decisão do pregoeiro ou autoridade superior, quer por meio de interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica, desde logo, ciente que, caso o seu pedido seja indeferido, será acionada judicialmente para reparar danos causados ao licitante em razão de sua ação procrastinatória.
- 14.6. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis à espécie.

## 15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias consecutivos, para apresentação das razões do recurso, no qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de horas, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
  - 15.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso;
  - 15.1.2. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

- 15.1.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 15.1.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata;
- 15.1.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal homologará o resultado da licitação.
- 15.2. Dos atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:
  - I recurso, dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido neste Edital, nos casos de:
  - a) anulação ou revogação da licitação;
  - b) rescisão de Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei Nº. 8.666/1993;
  - c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.
  - II representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
  - III pedido de reconsideração de decisão do Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
  - 15.2.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4o do artigo 109 da Lei Nº. 8.666/1993).
- 15.2. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

#### 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não exigida, nos termos do § 2 do artigo 6º do Decreto Municipal nº 88/2013.

#### 17. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

Conforme Item 3 do Anexo I - Termo de Referência do presente edital

## 18. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e Decreto Municipal nº 88/2013.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

## 19. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Morro Grande.
- 19.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada, com o fornecedor primeiro classificado.
- 19.3. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o valor do primeiro colocado, conforme artigo 11, parágrafo único do Decreto Municipal nº 88/2013.
- 19.4. A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 19.1, dentro do prazo estabelecido, sujeitará, o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.
- 19.5. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e no artigo 14 do Decreto Municipal nº 88/2013.
- 19.6. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, ou de outra forma, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93;

#### 20. DAS ALTERAÇÕES E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.
  - 20.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observado as disposições do item 18.
- 20.2. O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, de acordo com disposto no artigo 18 do Decreto Municipal 88/2013.
- 20.3. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

## 21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.
- 21.2. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Morro Grande.
- 21.4. O Prefeito Municipal de Morro Grande poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 21.5. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como interromper as etapas de lances ou de análise e verificação da habilitação quando ultrapassado o horário de expediente da Prefeitura Municipal, tendo os trabalhos continuados no próximo dia útil em horário previamente marcado pelo pregoeiro.
- 21.6. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.
- 21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 21.8. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.9. Para dirimir, na esfera judicial, a questão oriunda do presente Edital, será competente o Fórum da Comarca de Meleiro/SC.
- 21.10. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.
- 21.11. Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a sessão do Pregão.
- 21.12. Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, no qual o Aviso de Licitação é afixado no Mural Público da Prefeitura de Morro Grande, e para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o Setor de Licitações desta municipalidade pelo telefone (48) 35440015/35440016 ou pelo e-mail



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

licita@morrogrande.sc.gov.br.

- 21.13. Cópias do Edital e seus anexos poderão ser lidos e obtidos, no horário de expediente das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta-feira, no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Rui Barbosa, nº 310, Centro, Morro Grande/SC ou no site www.morrogrande.sc.gov.br.
- 22.14. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Prefeito Municipal de Morro Grande.
- 22.15. Fazem parte integrante deste Edital:
  - 22.15.1. Anexo I Termo de Referência;
  - 22.15.2. Anexo II Modelo de Proposta de Preço;
  - 22.15.3. Anexo III Carta de Credenciamento;
  - 22.15.4. Anexo IV Declaração de inexistência de fatos impeditivos;
  - 22.15.5. Anexo V Declaração de habilitação;
  - 22.15.6. Anexo VI Declaração de não utilização de trabalho do menor;
  - 22.15.7. Anexo VII Ata de Registro de Preços;

Morro Grande/SC, 18 de outubro de 2016.

Eric Junior Frezza Pregoeiro Valdionir Rocha Prefeito Municipal



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRANCHAS, TABUAS E VIGAS DE MADEIRA VISANDO A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES SITUADOS NO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE.

## 2. PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	PREÇO MÁXIMO ÚN. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	60	m³	PRANCHAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO MEDINDO 4 M X 30 CM X 5 CM (C x L x E)	500,00	30.000,00
2	40	m³	TABUAS DE MADEIRA DE PINUS MEDINDO 3 M X 20 CM X 2,5 CM (C x L x E)	450,00	18.000,00
3	30	m³	VIGA DE MADEIRA DE EUCALIPTO, CONFORME MEDIDAS FORNECIDAS PELA PREFEITURA DE MORRO GRANDE.	600,00	18.000,00
PREÇO TOTAL GERAL 66					

#### 3. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

- 3.1. A proponente vencedora deverá entregar os produtos na Garagem Municipal e Veículos e Equipamentos da Prefeitura, sito a Rua Juvenal Feliciano de Bitencourte, snº, Centro, Morro Grande/SC, em horário de expediente da Prefeitura de Morro Grande.
- 3.2. Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a data de recebimento da **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, no local indicado acima.
- 3.3. A responsabilidade e as despesas de entrega dos produtos ficarão por conta da licitante vencedora.

#### 4. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O Município de Morro Grande pagará diretamente a proponente vencedora o valor correspondente às quantias entregues, em moeda corrente nacional, ou através de cheque, crédito em conta ou através de boleto bancário, em até 30 (trinta) dias após entrega dos produtos, perante apresentação do correspondente Nota Fiscal/Fatura.
- 4.2. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura se dará mediante o "**CERTIFICO**" pelo responsável da Administração Municipal, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
- 4.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.
- 4.4. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Morro Grande/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

4.5. Se o Município de Morro Grande não efetuar o pagamento no prazo previsto neste edital e tendo a proponente, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a nota fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

#### 5. DA FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

O fornecimento do objeto pela licitante será efetuado de **FORMA PARCELADA**, por **ESTIMATIVA DE CONSUMO**, sendo que o objeto licitado será solicitado conforme **NECESSIDADE DO MUNICÍPIO**, não cabendo a liquidação total do saldo remanescente.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

# ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

			PROPOSTA DE F	PRE	ÇO			
PRO	PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO № 43/2016 PREGÃO PRESENCIAL № 19/2016							
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRANCHAS, TABUAS E VIGAS DE MANUTENÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES SITUADOS I					MADE NO MUN	IRA VISANDO A NICÍPIO DE MORRO	CONSTRUÇÃO E GRANDE	
RAZÃO	SOCIAL	:				Carimbo do C	NPJ	
EN	DEREÇO	:						
	CNPJ	:						
TE	LEFONE	:						
	E-MAIL:	:						
			ITENS E PREÇO	S				
ITEM	QTD.	UN.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM			PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
1	60	m³	m³ PRANCHAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO MEDINDO 4 M X 30 CM X 5 CM (C x L x E)					
2	40	m³	m³ TABUAS DE MADEIRA DE PINUS MEDINDO 3 M X 20 CM X 2,5 CM (C x L x E)					
3	3 30 m³ VIGA DE MADEIRA DE EUCALIPTO, CONFORME MEDIDAS FORNECIDAS PELA PREFEITURA DE MORRO GRANDE.							
PREÇO TOTAL DA PROPOSTA:								
			PREÇO TOTAL POR EXTENSO:					
1 - Esta	a propost	a de pı	reço obedece a todos os requisitos exigidos no Ed	dital de	Pregão	Presencial nº 19/2016	<b>3</b> ;	
2 - Os	itens cota	ados ob	pedecem todas as exigências contidas no termo de	e refer	ência do	presente edital;		
3 - Mar	nteremos	nossa	proposta por um prazo mínimo de validade de 60	(sess	enta) dia	s;		
			DADOS BANCÁRIOS PARA F	PAGA	MENTO			
1. Ban	co:		2. № da Agência:			3. Nº da Conta Corrente:		
LOC	CAL E DAT	TA:						
	Assinatura Representante Legal da Empresa Nome: R.G: C.P.F.:							



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

## ANEXO III – CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio da **PREFEITURA DE MORRO GRANDE.** 

			, e CPF sob nº,
			Presencial nº 19/2016, instaurado por este
órgão público.		,	
Na qualidade	de representante legal	da licitante	
,	outorga-se ao acima crede	nciado, dentre ou	tros poderes, o de renunciar ao direito de
interposição de recurso.			
Local e Data:	, de	de 2	016.
CARIMBO DO	CNPJ		
-	Aggingtura de Donr	acontonto I agal di	a Ligitanta
	Assinatura do Repr	Nome:	a Libitatite
		Cargo:	

RG:



## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

# ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Social da Licitante)	, (CNPJ), sediada	a na Rua		, nº	, k	oairro	
, estado		,	declara,	sob as pe	nas da	lei, que	não está
rticipar de licitação	em qualquer órç	gão ou entidad	e da Adn	ninistração	Pública,	direta d	ou indireta
ıl ou municipal.							
ssão da verdade, fir	mamos a present	te declaração.					
,	de		de 2016.				
A	ssinatura do Rep	Nome: Cargo: CPF:	al da Licit	ante			
	, estado rticipar de licitação I ou municipal. ssão da verdade, fir	rticipar de licitação em qualquer órg l ou municipal. ssão da verdade, firmamos a present , de	, estado, rticipar de licitação em qualquer órgão ou entidad il ou municipal. ssão da verdade, firmamos a presente declaração, de Assinatura do Representante Leg Nome: Cargo:				Assinatura do Representante Legal da Licitante  Nome:  Cargo:  CPF:



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

# ANEXO V – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Razão Social), (CNPJ), se	diada na Rua		_, n	0,	bairro			,	CEF	·	
cidade,	estado		,	declara,	sob	as	penas	da	lei,	que	cumpre
plenamente os requisitos de	habilitação ex	kigida no Edital de Preç	gão	Presenci	al nº	19/2	2016.				
Por ser a expressão da verd	lade, firmamos	s a presente declaração	٥.								
Local e Data:	,	_ de	(	de 2016.							
-	Assinatu	ıra do Representante L	ega	al da Licit	ante		_				
		Nome: Cargo: CPF:									



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

# ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Declaramos para fins	de participação no Proc	cesso Licitatório nº 43/2016, Edital de Pregão Presencia	al n
19/2016 que a licitante	, C	CNPJ nº, cumpre o disposto no inciso XX	XXIII
do artigo 7º da Constituição F	ederal, ou seja, não tem	em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executa	ando
trabalho noturno, insalubre οι	ı perigoso, ou menores d	de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, s	alvo
na condição de aprendiz, a pa	artir dos 14 (quatorze) and	os.	
A licitante está cient acarretará em rescisão deste.	·	mento do disposto acima durante a vigência do cont	trato
Local e Data:	, de	de 2016.	
	1	esentante Legal da Licitante Nome: Cargo: CPF: RG:	



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

## ANEXO VII - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNI	CÍPIO DE MO	ORRO GRANDE, pesso	oa jurídica de dire	eito público	interno, com sede à
Rua Rui Barbosa, nº 310, C	entro, CEP	88.925-000, Morro C	Grande/SC, insc	rito no C	:NPJ/MF sob o nº
95.782.785/0001-08, neste ato i	representado	pelo Prefeito o Sr	, inscri	to no CPF	<sup>=</sup> n <sup>o</sup> ,
documento de identidade, nº _		residente e domiciliad	оа	, nº	_,, CEP
, município de Mo	orro Grande/S	C.			
DETENTORA DA ATA:		, pes	soa jurídica de	direito pr	ivado com sede à
, ,	município de	, Esta	ado de	, i	nscrita no CNPJ/MF
sob nº, nes	te ato repres	sentada pelo(a) Sr(a).		, CPF	nº,
Nos termos da Lei Federal 8.666/			•		
Licitatório nº 43/2016, Processo d	•			•	
homologado em/, I		_	•	·	
de acordo com a classificação po	•	•		Ū	
especificações do Termo de Ref	erência, que	passa a fazer parte in	tegrante desta, t	endo sido,	os referidos preços
oferecidos pela detentora da ata.					
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OB	JETO				
A presente ATA tem por objeti	vo estabelec	er cláusulas e condiç	ões gerais para	o registro	o de preços para a
eventual AQUISIÇÃO DE PRA	NCHAS, TA	BUAS E VIGAS DE	MADEIRA VIS	SANDO A	CONSTRUÇÃO E
MANUTENÇÃO DE PONTES E	E PONTILHÕ	ES SITUADOS NO N	IUNICÍPIO DE	MORRO (	GRANDE, conforme
especificações do Termo de Ref	erência e qua	ntidades estabelecidas	s na cláusula seç	gunda:	
CLAUSULA SEGUNDA: DOS P	REÇOS REG	ISTRADOS			
Os preços unitários dos itens regis	strados nesta	ata são os constantes i	na planilha abaix	0:	
Item Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Preço Unit	ário (R\$)	Preço Total (R\$)
	-	-	-	TOTAL	-
				IUIAL	

## CLAUSULA TERCEIRA: DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

O prazo, condições, local de entrega e demais informações quanto a execução do objeto estão estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão nº 19/2016 - PMMG.

## CLÁUSULA QUARTA: DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

## CLAUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES

- 5.1. Do Município de Morro Grande:
  - 5.1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
  - 5.1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
  - 5.1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
  - 5.1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
  - 5.1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

#### 5.2. Da Detentora da Ata:

- 5.2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos, principalmente o termo de referência;
- 5.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 5.2.3. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

## CLAUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, o Processo Administrativo nº 43/2016, o Edital de Pregão Presencial 19/2016, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.
- 6.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº 88/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### **CLAUSULA SETIMA: DA PUBLICIDADE**

A publicação resumida desta ata de registo de preços será efetuada no mural publico oficial da Prefeitura de Morro Grande, sendo que, a íntegra da ata estará disponível durante sua vigência para orientação da Administração e para conhecimento dos interessados no site oficial www.morrogrande.sc.gov.br.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO FORO**

- 8.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Meleiro/SC, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer duvidas ou questões oriundas da presente ata.
- 8.2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.



## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2016

Morro Grande - SC, XXXXXXXXXXXXXX de XXXXX.

PREFEITURA DE MORRO GRANDE  Xxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxxx  Órgão Gerenciador	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Testemunhas:	Testemunha
Nome: CPF:	Nome: CPF: